

Economia

ENERGIA

Economia produzida pelo horário de verão é irrisória

Pesquisa do governo federal aponta neutralidade da medida

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

À meia-noite deste sábado termina o horário de verão, e os relógios deverão ser atrasados em uma hora nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Apesar da iniciativa ser tomada há anos baseada no argumento da economia de energia, cada vez mais o seu reflexo para o setor elétrico é pequeno, o que leva à discussão da manutenção ou não dessa ação.

No ano passado, a Secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia realizou estudos, em parceria com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que foram encaminhados à Casa Civil da presidência da República sobre a economia do horário de verão do ponto de vista

do setor elétrico. As conclusões foram que “a aplicação da hora de verão, nos dias de hoje, não agrega benefícios para os consumidores de energia elétrica, nem tampouco em relação à demanda máxima, muito em função da mudança evolutiva dos hábitos de consumo e também da atual configuração sistêmica do setor elétrico brasileiro”, ou seja, os resultados foram próximos à neutralidade para o segmento.

Serão realizadas novas análises técnicas e, quando concluídas, serão encaminhadas à presidência da República, a quem cabe a decisão de manter ou não o horário brasileiro de verão. O Ministério de Minas e Energia ainda não divulgou a perspectiva sobre a economia obtida neste horário de verão e não há previsão para que isso ocorra. No Rio Grande do Sul, de acordo com a assessoria de imprensa do Grupo CEEE, a estatal vai aguardar da-

dos oficiais do ONS para divulgar qualquer informação sobre o assunto. No entanto, a RGE, concessionária responsável por distribuir 65% da energia elétrica consumida no Estado e atender 2,86 milhões de clientes, revelou seus números.

Conforme levantamento da empresa, a redução no consumo de energia elétrica durante os 105 dias de vigor do horário especial gerou uma economia de 4.584 MWh na área de concessão da distribuidora, suficiente para abastecer 2 mil residências por um ano. A RGE estima uma redução da ordem de 0,14% no consumo de energia elétrica durante o horário de 2018/2019, nos 381 municípios abrangidos pela companhia. O volume de energia seria suficiente para atender a uma cidade do porte de Caxias do Sul por um dia, Passo Fundo e São Leopoldo por dois dias cada, ou Montenegro por quatro dias.



MAURO SCHAEFER/ARQUIVO/JC

Com as altas temperaturas, uso do ar-condicionado aumentou

O diretor da Siclo Consultoria em Energia, Paulo Milano, confirma que as vantagens com o horário de verão vêm diminuindo com o passar dos anos. O analista reitera que esse fenômeno é devido à mudança de hábitos de consumo do brasileiro, deslocando o pico da demanda mais para a metade da tarde do que no início da noite. O consultor argumenta que o aumento do uso dos condicionadores de ar é um dos principais fatores que propiciaram esse cenário. “Eu, particularmente, gosto do horário de verão, mas é muito provável que ele seja extinto no ano que vem”,

prevê o diretor da Siclo.

Segundo Milano, a manutenção ou não do horário de verão virou muito mais uma discussão de hábitos do que do setor elétrico. Apesar de ser um partidário da medida, o analista lembra que várias pessoas não gostam da iniciativa, que também implica algumas confusões como, por exemplo, mudanças nas agendas de voos. Para o consultor, a decisão sobre acabar ou não com o horário de verão deve ser tomada pelo governo, sem ser submetida a uma consulta popular, pois essa ação acarretaria elevados custos.

Consumo de energia crescerá 2,2% ao ano até 2040

O consumo total de energia no Brasil deverá crescer 2,2% ao ano até 2040, acima da média global de 1,2% ao ano, conforme estimativas do Grupo BP. Segundo a empresa, o consumo de energia primária entre 2017 e 2040 saltará de 294 milhões para 485 milhões de toneladas equivalente de petróleo, avanço de 65%. Conforme os números do grupo, as áreas cujo consumo crescerá mais ano a ano serão energia nuclear (4,5%), renováveis (4,5%) e gás (3,4%).

Nas energias renováveis (não considerando as hidrelé-

tricas), o consumo entre 2017 e 2040 sairá de 41 milhões para 112 milhões de Toneladas Equivalentes de Petróleo (TEP), salto de 173%. Já o de gás deverá ir de 38 TEP para 82 TEP, crescimento de 114%. As nucleares passarão de 4 para 10 TEP em igual período.

A mudança vai levar para uma mudança significativa na participação das fontes energéticas na matriz total. A participação do petróleo no consumo total deverá cair de 40%, em 2017, para 34% em 2040. Já o gás subirá de 11% para 15%, e as renováveis, de 14% para 23%.

O consumo de energia com origem nas hidrelétricas também deverá saltar de 84 TEP para 112 TEP. A participação, entretanto, cairá de 28% para 23% entre 2017 e 2040 - em nível equivalente às renováveis.

Já o consumo de energia elétrica crescerá 2,8% ao ano no período, com consumo total 89% maior em 2040 ante 2017. A utilização de energias renováveis (incluindo biocombustíveis e excluindo hidrelétricas) global deverá aumentar 381% entre 2017 e 2040. A participação total do modelo energético deverá saltar de 4% para 15% do consumo global.

O gás ganhará espaço na matriz energética global (23% de participação, em 2017, para 26% em 2040) e ocupará parte do espaço do carvão, cuja participação deverá cair de 28%, em 2018, para 20% em 2040.

A indústria apresentará um salto de 50% no consumo, de 114 TEP, em 2017, para 172 TEP em 2040, figurando, ainda, como a principal consumidora, com 35% de participação (ante 39% em 2017). Em seguida, virá o uso para o transporte, que crescerá 62% até 2040, com participação de 31%.

ANP desiste de impor fórmula para o preço dos combustíveis

A diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) discutiu, nesta quinta-feira, a política que vai adotar para garantir transparência na formação dos preços dos combustíveis, o que atinge diretamente a Petrobras, empresa dominante nesse setor. Foi mostrada uma nova proposta, que será apresentada ao mercado em consulta de 15 dias e audiência pública no dia 20 de março.

No documento que será exposto aos agentes não constará mais a exigência de as empresas fornecedoras de derivados de petróleo adotarem uma fórmula paramétrica de formação de preços. A proposta foi feita inicialmente pela ANP e chegou a ser exposta em audiência pública. Ao excluí-la, a ANP pretende se resguardar das críticas de que teria intenção de interferir no mercado.

“A fórmula despertou

sentimento de controle de preços. Como se a ANP estivesse se arvorando a controlar preços, o que nunca foi a intenção. A ideia era mostrar os componentes que compunham o preço. Tinha uma fórmula, agora não tem. O objetivo foi mantido, o de dar transparência, mas sem a fórmula. Agora, os contratos (entre refinarias e importadores e distribuidoras) trarão os preços e seus componentes, mas ficarão reservados ao órgão regulador”, disse o diretor Cesário Cecchi, durante a reunião.

A nova proposta é que as empresas passem a informar os componentes de formação dos preços nos contratos homologados na ANP. Essa informação, no entanto, ficará reservada à agência reguladora.

A ANP avalia, ainda, internamente, um modelo para dar transparência aos preços dos combustíveis na revenda.



AGÊNCIA PETROBRAS/DIVULGAÇÃO/JC

Segundo o Grupo BP, gás ganhará espaço na matriz energética global